

# Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca

Libraries and society: evolution of the interpretation of their function and roles

SUSANA P. M. MUELLER \*

Revisão de opiniões expressas na literatura, ao longo de quase um século (1880-1975 aprox.), sobre a função das bibliotecas na sociedade. Com poucas exceções, os autores citados são ingleses ou americanos, e quase sempre se referem a bibliotecas públicas. Embora as atitudes tenham variado muito de uma época para outra, um ponto básico permanece sempre o mesmo: a biblioteca não é uma entidade independente, capaz de declarar quais e como seus serviços serão oferecidos; depende inteiramente de uma série de fatores existentes em seu ambiente. Suas funções básicas não mudam — coleta, preservação, organização e difusão de informações — mas sim a maneira de desempenho e objetivos de seus serviços.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma revisão de opiniões de vários autores sobre a função das bibliotecas na sociedade e a responsabilidade social dos bibliotecários. Os tra-

---

\* Departamento de Biblioteconomia, Universidade de Brasília.

balhos examinados foram publicados entre 1880 e 1975, aproximadamente. A revisão foi feita com o objetivo de identificar influências na interpretação da função da biblioteca e verificar se houve idéias que prevaleceram, apesar das mudanças do contexto; e serviu de insumo para um estudo maior sobre adequação de programas e currículos à formação profissional.<sup>1</sup>

O termo biblioteca é usado aqui no seu sentido mais amplo. Entretanto, como se verá, a maioria dos autores se referiu principalmente à biblioteca pública, ainda que nem sempre a identificasse explicitamente. A freqüência com que a biblioteca pública ocorre nestes escritos é facilmente compreensível quando se considera a natureza destas bibliotecas e a complexidade de sua função social.

A origem dos documentos revistos é outro ponto que necessita explicação. Na sua maioria, estes documentos são americanos e ingleses, predominância que se deve à liderança destes dois povos no desenvolvimento da biblioteconomia moderna, e à influência que têm exercido na biblioteconomia brasileira. A facilidade de acesso também foi um fator importante na escolha dos documentos examinados.

Este levantamento de atitudes e opiniões não pretende cobrir tudo o que já foi escrito sobre o assunto, nem tão pouco atribuir maior importância ao que foi incluído em relação ao que não foi.

A intenção foi apenas a de reunir uma amostra de reações diversas, registradas na literatura profissional, ao longo do período estudado. Muitos dos trabalhos incluídos nesta revisão foram inspirados pelas questões relacionadas ao direito universal à educação e à informação, e à obrigação do Estado em garanti-lo. As diversas inter-

---

1. Mueller, S.P.M., Education for librarianship and the role of libraries in Brazil. Sheffield, University of Sheffield, Department in Information Studies, 1982 (PhD Thesis).

pretações do «bem social» que se esperava ver produzido pelas bibliotecas parecem estar na origem de muitos dos documentos examinados. Os trabalhos foram divididos em grupos, segundo critérios de ponto de vista e época.

## 2. A ORIGEM DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS E A FUNÇÃO EDUCACIONAL

Os serviços aos usuários oferecidos por bibliotecas começaram a ser organizados de maneira sistemática a partir da emergência das bibliotecas públicas (séc. XIX), elas próprias resultantes das transformações sociais que ocorreram com o desenvolvimento da indústria e a crescente urbanização dos séculos XVIII e XIX. A perspectiva através da qual as primeiras bibliotecas públicas foram vistas mostra claramente a natureza da expectativa de seus patrocinadores. Esperava-se que as bibliotecas contribuíssem de maneira significativa para a ordem social e o progresso nacional, e, especialmente nos Estados Unidos, para a manutenção da democracia.

A visão utilitária, na Inglaterra do final do séc. XIX, levou Stanley Jevons a perceber a utilidade potencial das bibliotecas públicas e as promover com entusiasmo. Inspirado por idéias liberais e pelo pensamento utilitário de «auto-ajuda» e do conceito de «bom investimento social», Jevons defendeu a manutenção de bibliotecas públicas através de impostos, argumentando ser este um exemplo claro do princípio da «multiplicação da utilidade». Sua defesa ressaltava o baixo custo de um investimento que permitiria dar ao povo acesso à boa literatura, fazendo das bibliotecas públicas o meio mais econômico de se tentar manter «homens exaustos e sem dinheiro entre-tidos em prazeres inocentes», e portanto fora das prisões, tribunais e asilos. Tanto essas instituições quanto as bibliotecas são mantidas com dinheiro público, argumentava Jevons, mas as bibliotecas poderiam provocar

em seus leitores o hábito e gosto pela boa leitura, e assim dar continuidade ao trabalho «civilizatório iniciado pela escola primária». Nem todos seus contemporâneos acreditavam na utilidade das bibliotecas, alguns temiam até que fossem perigosas para a sociedade. Temiam que o excesso de leitura de romances, pelos operários, poderia afetar-lhes a disposição para o trabalho. Jevons contra-argumentava ser já muito tarde «para reprimir o dilúvio de revistas de baixa qualidade» posto ao alcance de qualquer um. Na sua opinião, o melhor era combater o efeito pernicioso dessas revistas mediante um suprimento grátis «... de (literatura) pura e inofensiva, muitas vezes de excelente valor moral e intelectual» (23:19).<sup>2</sup> Notamos no pensamento de Jevons a visão da biblioteca como instrumento para manter a ordem pública.

Mais ou menos na mesma época, fins do século XIX, a biblioteca pública estava sendo defendida e promovida nos Estados Unidos. Mas lá os argumentos eram diferentes, originados na fé na educação como base fundamental para a democracia. Na América colonial a biblioteca já era um dos patrimônios das novas universidades. A citação abaixo foi retirada de um discurso pronunciado em 1852 pelo prefeito de Boston, e refere-se à Biblioteca Pública daquela cidade. É um bom exemplo do espírito de auto-ajuda que iria estimular a promoção de bibliotecas públicas daí para frente:

«Os princípios básicos de um governo eleito pelo povo requerem que os meios de educação sejam postos, tão rapidamente quanto possível, ao alcance de toda a população... somente os filhos dos ricos têm acesso a bibliotecas bem equipadas; enquanto aqueles, cujos meios não lhes permitem comprar livros, são deles freqüentemente privados no mo-

---

2. Esta e as demais citações foram traduzidas pela autora.

mento em que estes lhes seriam mais úteis»<sup>3</sup> (32:144-5).

O movimento de auto-educação estava enraizado na crença da perfeição inata do homem. A educação era vista como uma cura para todos os problemas sociais. Segundo esta filosofia, a biblioteca pública era considerada um meio capaz de espalhar a educação, tratando a todos como iguais e colocando os recursos da nação ao alcance de todos, independentemente de capacidades individuais (32:14).

Estes ideais foram adotados e promovidos por Melvin Dewey:

«...chegamos a um reconhecimento geral que educação é tanto para ricos como para pobres, tanto para plebeus como para o príncipe, para pretos e brancos, para o nativo e o estrangeiro, para o inteligente e o atrasado, tanto para o homem como para a mulher, para o surdo, o mudo e o cego, para os defeituosos e os delinqüentes, que na antiga concepção eram deixados à margem». (13:4)

E no esforço para democratizar o acesso à educação, Dewey viu um novo papel para a biblioteca e o bibliotecário:

«Foi-se o tempo em que a biblioteca se parecia com um museu e o bibliotecário era um catador de ratos entre livros embolorados e os visitantes olhavam com olhos curiosos tomos e manuscritos antigos. Agora a biblioteca é como uma escola, e o bibliotecário é, no mais alto sentido, um professor, e o visitante é um leitor entre livros como um trabalhador entre suas ferramentas». (12:22)

---

3. Discurso pronunciado pelo Major Benjamin Seaver, em sua Mensagem de Prefeito, 1852, p. 4-5. Citado por Jesse H. Shera, *Foundations of Education for Librarianship*, 1972, p. 144-5.

O trecho acima faz parte de um artigo publicado no primeiro número de **Library Journal**, em 1876. Uns vinte anos depois, Dewey se referiu de novo à «missão da biblioteca». Foi no Congresso Internacional de Bibliotecários em Londres, 1898. O tema de seu trabalho era a relação entre o Estado e as bibliotecas e ele defendia a necessidade do apoio estatal. Para Dewey, a biblioteca não poderia continuar a ser «um receptáculo passivo», mas «...uma força educacional agressiva na comunidade», cuja responsabilidade incluía a manutenção da qualidade dos livros e revistas que oferecia, responsabilidade comparável a das autoridades municipais em relação à qualidade da água fornecida à população:

«Naturalmente nenhuma biblioteca tenciona circular livros perniciosos, mas também nenhuma cidade tenciona distribuir água contaminada». (13:2)

A tarefa de «excluir o pernicioso», a «filtragem», era considerada por Dewey a principal responsabilidade do bibliotecário, que estaria então trabalhando para o bem do indivíduo e do Estado. Ele também atribuiu ao bibliotecário a responsabilidade pela orientação da leitura dos usuários:

«A mente inevitavelmente se elevará ou se rebaixará ao nível do que habitualmente lê, e nós, apóstolos e missionários do livro, não temos visão mais desencorajadora que a de leitores cuja atmosfera literária se limita aos atuais jornais sensacionalistas». (13:3)

Com a mesma força com que desprezava o «jornalismo sensacionalista», Dewey acreditava na necessidade da educação como um processo contínuo, além da escola. Atribuindo o sucesso da civilização anglo-saxônica — «o povo mais maravilhoso do mundo» — à educação e ao saber — «foi o conhecimento que tornou

a Inglaterra e os Estados Unidos grandes países» — ele exortava sua audiência a pressionar o Estado para que assumisse a responsabilidade de oferecer oportunidade de educação permanente a todos, através da biblioteca. Em suas palavras, «educação superior para adultos, em casa, durante toda a vida». (13:5)

Esses dois autores exemplificam as expectativas dominantes no final do século passado, acerca da biblioteca pública. A ela era atribuído um papel social bem definido, o de educar as classes mais baixas, mas preservando os valores sociais vigentes. Esperava-se que os recursos investidos nas bibliotecas públicas dessem divididos em termos de ganhos sociais, e, para tanto, seus serviços deveriam ser orientados.

### 3. EXPANSÃO DOS OBJETIVOS

Acompanhando a evolução da sociedade nos primeiros anos deste século, a preocupação inicial da biblioteca pública com a educação expandiu-se, tornando-a culturalmente mais ampla. Uma mostra desta mudança pode ser observada em um artigo de John Cotton Dana, datado de 1906 quando ainda trabalhava na biblioteca pública de Newark, Estados Unidos.<sup>4</sup> Dana idealizou a biblioteca pública como uma força cultural atuante em sua comunidade:

«Acredito que as bibliotecas sejam para os eruditos... acredito que as bibliotecas sejam para dar prazer... acredito que bibliotecas sejam também para outros objetivos... que deveriam atuar como incentivos e estimulantes... que deveriam ser um estimulante mental da comunidade; deveriam ajudar a tranfor-

---

4. J.C. Dana fundou a Special Libraries Association (Estados Unidos) em 1927.

mar o velho em novo; o estranho em tolerável; o novo em questionável, e tornar todas as coisas maravilhosas». (9:10-11)

Os meios sugeridos por Dana para atingir esses objetivos mostram o quão adiantadas eram suas idéias. Reconhecendo que a biblioteca não pode forçar freqüência, como faz a escola, Dana sugeriu meios de atrair leitores, entre os quais: notícias sobre as bibliotecas nos jornais locais; entrega a domicílio de livros pedidos através do telefone; participação ativa nos acontecimentos culturais; e até envio de notas personalizadas sobre livros ou artigos que se soubessem ser do interesse de alguns leitores, ainda que para tanto fosse necessário cobrar uma «taxa modesta» — uma forma primitiva de SDI.

Seu ponto de vista era o de que «nos livros de uma biblioteca se encontram todos os interesses da vida... [e] é uma das obrigações da biblioteca mostrar à sua comunidade que isto é verdade; que em seus livros estão todos os pensamentos, os feitos, e sonhos dos homens e que através de seus livros todos podem adquirir uma visão ampla e integral das coisas». Na visão de Dana, ao valor intrínseco do livro «o bibliotecário adicionaria uma devoção pessoal... — utilidade». (9:10) Na verdade, Dana creditava uma missão mais alta à biblioteca, pois ao oferecer benefícios imediatos à comunidade, como a satisfação de interesses diversos e a promoção da educação, a biblioteca estaria de fato contribuindo para um melhor entendimento e tolerância entre os homens.

A evolução dos objetivos da biblioteca pública, inicialmente restritos à «boa causa» da educação, ampliando-se gradualmente para a cultura em geral, inclusive lazer, não foi acompanhada de aprovação geral. Mas a dependência que tinham desta aprovação para sua manutenção fez com que as bibliotecas comesçassem a se esforçar

para se tornarem mais populares, mais usadas, mais amplamente aceitas. Esses problemas estão bem exemplificados em «Some cardinal principles of a librarian's work», escrito por Samuel Walter Foss em 1909. Foss atribuiu ao bibliotecário a responsabilidade de fazer com que as pessoas usassem mais a biblioteca, para que ela pudesse ocupar seu lugar de direito na comunidade. O bibliotecário, segundo ele, «deveria ser tolerante — ser tudo para todos», sentir «... entusiasmo — a biblioteca moderna não é um refrigerador». «As mulheres», ele dizia, «vêm às bibliotecas muito mais que os homens, e as crianças muito mais que as mulheres, mas ninguém vem o suficiente». (20:35-6)

Assim como Dana, Foss, também americano, acreditava ser essencial fazer a biblioteca conhecida de todos, tarefa que ele atribuía ao bibliotecário: «Não fique na biblioteca todo o tempo, estagnado na atmosfera embolorada de seus livros mortos. Seja um homem público e não voltado para si mesmo». (20:37) Foss acreditava que, dobrando a circulação dos livros, a biblioteca melhoraria seu desempenho, e «triplicando» a sua própria circulação, o bibliotecário seria capaz de garantir as verbas necessárias, e tirar o melhor proveito possível das circunstâncias «que favorecem ao bibliotecário... ocupar a posição de líder de sua comunidade... e crescer o suficiente para desempenhar o grande papel que é seu dever assumir». (20:38)

Com a popularização das bibliotecas, vieram também as críticas. O fato de estarem as bibliotecas públicas oferecendo, com dinheiro público, muita literatura popular, julgada potencialmente perniciosa, causou muitas discussões. Temia-se que essa literatura popular viesse a «... diluir a mente [do povo]. (29) Herbert Putnam, bibliotecário-chefe da Biblioteca do Congresso americano, no início do século, respondeu a algumas dessas críticas

em «Per contra» publicado em 1915. A idéia da função educacional da biblioteca aparece forte nesse documento, mas também aparecem com clareza os novos papéis a ela atribuídos, relacionados com outras necessidades da comunidade: «A biblioteca pública lida não apenas com estudantes se preparando para a vida, mas com homens e mulheres vivendo suas vidas». (29:42) Para Putnam, a promoção da moralidade e do bom gosto não poderia ser atribuída apenas à biblioteca. Ele achava inevitável a inclusão da literatura popular nas coleções das bibliotecas. Na sua opinião, o problema era antes «o quanto». Reconhecia o valor da boa literatura, mas não acreditava ser possível às bibliotecas irem além da manutenção dos padrões morais e intelectuais que as condições de sua época permitissem. A biblioteca não pode «... distribuir bom gosto». (29:49) Acreditava, no entanto, que as bibliotecas pudessem influenciar o gosto das pessoas através de um processo gradual e progressivo de contato com os livros — ele defendia acesso livre às estantes — e através da mediação crescente exercida pelo bibliotecário entre livros e leitor. O bibliotecário que conhece seus livros «... os relaciona com as necessidades do leitor, ser humano atual. É mais na eficiência desta relação humana do que na de catálogos e classificações... que nossa oportunidade exclusiva como bibliotecários reside agora». (29:48)

Os autores revistos nesta seção mostraram que a expansão do objetivo educacional, para o qual foram criadas as bibliotecas públicas, trouxe consigo responsabilidades mais pesadas para os bibliotecários. A tarefa inicial de fornecer acesso controlado e orientado à educação não havia suscitado tanta controvérsia. Os novos papéis exigiam das bibliotecas demonstração constante de serem merecedoras do apoio, tanto do público quanto das autoridades. Assim, ao mesmo tempo que se esfor-

çavam para atrair mais leitores, se esforçavam também para convencer seus patrocinadores que o acesso mais amplo à literatura «de não tão alta qualidade» não afetaria a ordem estabelecida. E ainda, que não se poderia exigir da biblioteca a responsabilidade pela manutenção do bom gosto e da moral pública. Mas que apesar disso, as bibliotecas públicas mereciam ser apoiadas.

#### 4. O AMOR PELOS LIVROS

O aparecimento das bibliotecas públicas foi estimulado por objetivos bem definidos, que representavam uma mudança radical dos objetivos tradicionais das bibliotecas eruditas. Essa visão tradicional, assim como a função educacional que a seguiu, não desapareceu no processo de mudança. O que aconteceu foi antes a adição de novos objetivos. Como em qualquer processo de mudança, houve aceitação e rejeição. A expansão das bibliotecas públicas e universitárias nas últimas décadas do século XIX e nos primeiros anos do século XX provocara o desenvolvimento de novas técnicas de organização e atendimento. Esta biblioteconomia menos nobre, mais pragmática, que se espalhava com rapidez, despertou muito ressentimento em alguns bibliotecários, que sentiam nela um abandono da atenção e respeito pelo conteúdo dos livros em favor das técnicas de organização. Um bom exemplo desta reação pode ser encontrado no artigo «The love of books as basis for librarianship», escrito por um bibliotecário americano, Bostwick, em 1907. (4). Ele descreve os livros como objetos que merecem ser amados, além de serem transmissores de idéias. O prazer de ter livros, ler livros, a reverência pelo objeto livro, não deveria suplantiar seu papel de transmissor de idéias, mas ser considerado um sentimento essencial, uma das principais atrações na escolha da profissão. Bostwick comparava o livro a um ser humano, feito de alma, corpo e

roupas — e que seria amado principalmente por sua alma. O verdadeiro amor pelo livro, ele dizia, daria ao bibliotecário entusiasmo até para «tarefas enfadonhas como o registro de seu autor, título, editora e tamanho...». (4:25)

A mesma preocupação com a «alma» dos livros volta a aparecer vinte anos mais tarde. Então o estabelecimento da Special Libraries Association (Estados Unidos) havia dado força àqueles que não aceitavam a função educativa, defendida por muitos bibliotecários desde a emergência das bibliotecas públicas, como a função mais importante das bibliotecas. O conflito de pontos de vista, e o desenvolvimento de uma atitude muito voltada para administração, «quase comercial», preocupavam alguns bibliotecários que temiam ver negligenciada a «verdadeira finalidade», a preservação e difusão do conhecimento. Em «The book and the person who knows the book» Ernest Cushing Richardson (1927) comparou o lado «comercial» e o lado «erudito» da biblioteconomia:

«O bem com o qual a biblioteconomia como empresa lida é o conhecimento. Ela compra, armazena, e entrega quantidades de conhecimento, embaladas em recipientes concretos chamados livros, para serem usados em fábricas da mente humana como materiais para a produção de conhecimento vivo, forjado em um pacote vivo e organizado de conhecimento que se chama pessoa». (31:52)

O aspecto principal, então, dizia Richardson, não é o empresarial, mas o conhecimento, e «a negligência deste aspecto é ainda mais fatal que a negligência do lado empresarial». (31:53) Para reorientar a formação e a prática profissionais, ele conclamou todos para «inves-

tigar a natureza do negócio biblioteca». Propôs a busca por uma «filosofia de biblioteconomia» baseada no saber e no conhecimento de livros». (31:53)

## 5. A FUNDAÇÃO DA ESCOLA DE CHICAGO E A BUSCA POR UMA FILOSOFIA DE BIBLIOTECONOMIA

A fundação de escola de pós-graduação em biblioteconomia da Universidade de Chicago, no fim da década de 1920, forneceu ambiente e oportunidade para o que Richardson havia sugerido. O programa da escola, em nível de pós-graduação, propunha uma nova abordagem para o estudo da biblioteconomia. Pierce Butler, professor da escola, expôs essa nova posição em seu **An introduction to library science** publicado em 1933, onde a biblioteconomia — Library Science — era vista como uma ciência social, e as bibliotecas como «unidade essencial na organização social» (7:xi), uma agência social, e os livros como a memória social coletiva. (7:35) Butler preconizava a busca de uma filosofia profissional que desse à biblioteconomia «objetividade de ação que só é possível surgir da conscientização de propósito». (7:103) A biblioteca «não é agência missionária para a promulgação de um evangelho literário estabelecido e eternamente verdadeiro». O bibliotecário é «meramente o guardião dos arquivos culturais da sociedade. A responsabilidade que ele assume com seu posto é a de explorar estes arquivos para o bem comum, ao máximo de sua capacidade. Assim, uma fase importante do trabalho bibliotecário prestado ao indivíduo será orientá-lo para que alcance, com eficiência, seus próprios objetivos particulares, desde que não sejam anti-sociais, e protegê-lo contra a perda de seu trabalho com atividades pouco proveitosas em relação ao seu próprio desejo imediato». (7:106)

A insistência de Butler em considerar a sociedade, e não o indivíduo, como seu objetivo principal — veja-se, por exemplo, as expressões «vantagem coletiva», «não anti-social» —, foi a marca da nova abordagem, notada por Marco num estudo datado de 1966 (25). Marco exemplifica o novo ponto de vista com a afirmação de Butler de que o conhecimento «não tem significado social a não ser quando é adquirido por alguém que o injete de volta na corrente vital da vida da sociedade». Estas e outras idéias difundidas pela escola aparecem em trabalhos de seus alunos, dentre os quais os de Danton (10) e Martin (26), citados a seguir, são bons exemplos.

J. Periam Danton escreveu em 1934 o seu «Plea for a philosophy of librarianship», onde tentou demonstrar as vantagens que uma filosofia de biblioteconomia traria para a profissão, chegando a identificar alguns pontos prioritários a serem considerados. Entre estes, o fundamental para ele era a relação entre biblioteca e sociedade: «as metas e os objetivos maiores da biblioteconomia, assim como de qualquer elemento da sociedade humana devem ser derivados dos ideais predominantes naquela sociedade». (10) Para ele, o princípio fundamental da biblioteconomia seria encontrado em sua responsabilidade social. Mesmo reconhecendo que a responsabilidade social depende em grande parte do tipo de biblioteca que se considera, ele se propôs reunir de uma forma inquisitiva artigos e escritos que lidassem com vários aspectos da biblioteconomia, e ver se assim conseguia uma visão melhor do problema. Mas não conseguiu encontrar tais estudos. Danton também se preocupou com a sobreposição de funções, entre a biblioteca e outras instituições, especialmente a escola. Esta preocupação será expressa de novo quase quarenta anos depois, quando funções e atividades menos convencionais foram defendidas por autores como Bundy (6), Blake (3) e Dawes (11) que se verá mais adiante.

Enquanto Danton buscava uma «filosofia social» e Butler insistia no ponto de vista da ciência social, Lowell Martin, outro autor oriundo da escola de Chicago, desenvolveu o tema da biblioteca vista como instituição social preenchendo uma «necessidade vital da sociedade». Em «The American Public Library as a social institution» (1937) esta necessidade vital foi identificada com a «transmissão da cultura e saber coletivos registrados em materiais impressos». (26:91) A biblioteca, na sua opinião, contribui ao mesmo tempo para a socialização do indivíduo e para sua individualização, através de transmissão da cultura do grupo social e da promoção da vida intelectual:

«A biblioteca promove tanto a socialização como a individualização. De um lado, ela transmite a herança social e incute os valores e experiências do passado no grupo, com um efeito unificador; por outro lado, ela capacita o indivíduo a avaliar as tendências presentes e valores futuros, eleva a qualidade de sua vida pessoal, e fornece meios para ascender na escala social». (26:95)

Para Martin, a biblioteca deveria ser sempre considerada, em relação à cultura da sociedade por ela servida, como uma instituição que evolui junto com seu ambiente.

Com a emergência da escola de Chicago começou uma nova fase da biblioteconomia. A experiência diária não deixou de ser a principal fonte das idéias profissionais mas a pesquisa organizada e sistemática institucionalizou-se, fortemente voltada para o aspecto social, focalizando mais o grupo ou comunidade do que o indivíduo, usando e adaptando métodos das ciências sociais. A emergência dessa escola foi muito importante para o desenvolvimento da biblioteconomia, pois sob sua influên-

cia os problemas bibliotecários começaram a ser tratados de forma mais científica. Esperava-se que tais estudos levassem um dia à formulação de uma teoria de biblioteconomia, e ao melhor entendimento de sua função social.

## 6. RANGANATHAN E ORTEGA Y GASSET: DUAS VISÕES DIFERENTES

### 6.1 — Ranganathan e as cinco leis de biblioteconomia

Mais ou menos na mesma época em que surgiam em Chicago as primeiras investigações acerca da natureza da biblioteconomia, apareceu um livro na Índia, intitulado **The five laws of library science**. O autor, S. R. Ranganathan, antes um professor de matemática, tornou-se bibliotecário e passou um ano na Grã-Bretanha, estudando, visitando e estagiando em bibliotecas. A experiência lhe provocara «um sentimento de revolta contra ter que decorar e lidar com uma miríade de itens desconexos de informação e tarefas independentes». (30:3)

Ranganathan lutou para reduzir todos estes «agregados empíricos» a um punhado de princípios básicos. Em primeiro lugar, não teve dúvidas quanto a colocar a biblioteconomia entre as Ciências Sociais. O que são hipóteses nas ciências naturais são «princípios normativos nas ciências sociais». Baseado em tendências observadas na prática bibliotecária, e delineando tendências futuras, ele formulou cinco princípios normativos, «pontos cardeais», dos quais segundo seu raciocínio, todas as regras da administração e organização bibliotecária derivam:

- os livros existem para serem usados
- a cada leitor, seu livro
- a cada livro, seu leitor
- poupe o tempo do leitor
- a biblioteca é um organismo em expansão (30:41).

A abordagem de Ranganathan é totalmente diferente da dos outros autores aqui examinados. Bengé defende Ranganathan dizendo que «... porque sua forma de tratar o problema é dedutiva e suas leis são tão simples a ponto de parecerem absurdas o seu valor tem sido geralmente subestimado. Sua validade permanece como um método de expressar princípios profissionais que, inevitavelmente, nem sempre são postos em prática». (2) Entretanto, a simples expressão desses princípios não explica causas. Talvez inspire a prática, mas não a justifica. Ranganathan foi incluído nesta revisão porque seus pontos de vista causaram certo impacto em muitas partes do mundo. Autores como Bengé (2) e Foskett (15) se referiram a ele quando procuraram expressar suas próprias idéias sobre função e papéis de biblioteca.

## 6.2 — Ortega y Gasset e a missão do bibliotecário

Mais ou menos na mesma época, início dos anos 30, uma outra visão do problema da definição de funções e papéis da biblioteca e do bibliotecário foi proposta na Europa por José de Ortega y Gasset, pensador espanhol. Convidado a fazer o discurso inaugural no Congresso Internacional de Bibliotecários em 1935, em Paris, Gasset apresentou suas idéias sob o título «Mision del Bibliotecário». (28) Para chegar a um entendimento do que esta missão envolve Ortega y Gasset tentou primeiro identificar o significado do conceito **profissão**. Na sua opinião,

temos uma missão pessoal e uma missão profissional. A palavra missão significa aquilo que devemos fazer em nossas vidas, ou aquilo que achamos que devemos fazer. Há um estágio na nossa cultura, diz Gasset, quando o que um indivíduo precisa fazer para satisfazer uma necessidade pessoal se torna importante para todo o grupo, e como tal, necessário socialmente. As profissões são atividades humanas de que a sociedade necessita, e uma vez que o indivíduo se torna profissional, suas ações não serão mais apenas o que ele quiser fazer, mas serão determinadas pelo o que a sociedade requer. Sua conclusão não é muito diferente da visão social da escola de Chicago: «Para estabelecer a função (missão) do bibliotecário, temos que começar não com aquele que é o bibliotecário, nem com suas tarefas, interesses ou conveniências, nem tão pouco com uma definição ideal abstrata e definitiva do que é uma biblioteca, mas com a necessidade social a que a profissão serve. Esta necessidade, assim como tudo que é humano, não é fixa mas essencialmente variável, migratória, em evolução — em suma histórica». (28:214)

Gasset mostrou, que desde o início, as atividades dos bibliotecários acompanharam bem de perto o papel social desempenhado pelo livro. Seu pensamento sobre a «nova missão» se baseia no papel desempenhado pelo livro na sociedade, em cada época: um instrumento para preservar e transmitir idéias que depende de idéias acumuladas. A nova missão é descrita como sendo a de adquirir livros de forma a não haver perda de esforço do leitor, o bibliotecário chegando a influenciar a produção, de maneira a «que tenhamos mais daqueles que precisamos e menos daqueles que não precisamos» (o problema da censura é descartado fazendo paralelo deste papel do bibliotecário com o da Academia de Ciências) «e finalmente guiar leitores através da selva de livros». (28:225)

A visão de Ortega y Gasset, ligando a função dos bibliotecários ao que o livro — hoje diríamos informação registrada — representa para a sociedade em um dado momento, sugere uma base promissora para estudos sobre papéis e funções profissionais. O papel da biblioteca é determinado pelo uso feito da informação registrada e pela importância desta na vida das pessoas. Ora, uma vez que este papel evolui e muda, junto com valores morais, hábitos, avanços tecnológicos, estrutura social, desenvolvimento nacional, etc., também mudam, em cada sociedade, as expectativas em relação a bibliotecas e bibliotecários.

## 7. A BIBLIOTECA E O INDIVÍDUO

As profundas mudanças sociais causadas pela Segunda Guerra Mundial trouxeram consigo consequências para a educação e para as bibliotecas. A educação teve papel importante no esforço do pós-guerra, envolvendo as bibliotecas públicas. No entanto, alguns bibliotecários temiam que, muito dirigida para certas metas, as bibliotecas pudessem ser usadas para a massificação das pessoas, impedindo-as de terem suas idéias próprias, o que, como a guerra demonstrara, poderia acontecer facilmente.

Os três escritores incluídos nesta seção, Broadfield, Irwin e Landheer, embora tenham pontos de vista diferentes, estão ligados por um pensamento básico comum, a importância do indivíduo, ou do serviço bibliotecário ao leitor individual. Broadfield, cuja experiência profissional foi desenvolvida em biblioteca pública inglesa, apresenta uma visão de responsabilidade profissional bem contrastante com a tendência de sua época de considerar o coletivo sobre o indivíduo. Em **A philosophy of Librarianship**, escrito em 1949 (5) ele explica seus

pontos de vista sobre o assunto «... tão monopolizado pela convicção e tão colorido pelo temperamento». Para ele, a biblioteca deveria dedicar todos os seus recursos para assistir ao indivíduo em seus esforços de auto-ajuda, sem concessões ou considerações ao grupo, ou sociedade a que pertence.

Para Broadfield, a liberdade de pensamento é a razão principal para se conservarem livros e haver bibliotecas, e não a educação de cidadãos ou o bem social. Limites de espécie alguma deveriam ser impostos aos desejos de leitura das pessoas ou aos seus interesses, nem pela sociedade, nem religião, nem Estado:

«O ser humano é o mais alto objetivo, e a sua condição de liberdade sua mais alta condição, liberdade de pensamento o elemento mais fundamental de sua liberdade e a biblioteca um dos instrumentos básicos para mantê-la. A filosofia de biblioteconomia que incorpora este princípio não é construída com base no dito usual de obrigação de biblioteca para com a sociedade, mas com base no serviço de biblioteca para o homem, e a obrigação da sociedade para o homem, e daí a obrigação da sociedade para com a biblioteca que serve ao homem. Ao indivíduo deve ser garantida a chance de poder desenvolver o que ele ache ser de seu próprio interesse». (5:35)

Broadfield rejeitava a idéia de tratar homens como cidadãos, porque esta posição significaria roubar aos homens a capacidade de pensar, para moldá-los de acordo com uma forma prescrita pelo Estado. Para ele, portanto, a justificativa da biblioteca é o serviço ao indivíduo, isolado de seu grupo. Já os outros dois autores revistos a seguir, embora também tivessem defendido a obrigação das bibliotecas para com o indivíduo, o fizeram de um ponto de vista bem diferente. Eles acreditavam que

através da atenção para com o indivíduo, a biblioteca alcançaria sua meta mais alta, suas obrigações para com a sociedade.

Raymond Irwing, conhecido principalmente por seus estudos sobre história da biblioteca, tentou alertar contra o perigo de pressões indesejáveis, exercidas pelo Estado, sobre as bibliotecas públicas. No artigo **The Library Service in the Welfare State**, ele mostrou preocupação com o papel que se deveria atribuir à biblioteca numa sociedade democrática, de forma a preservá-la contra a tirania. Já que:

«... o objetivo e meta da biblioteca num país democrático são encorajar o indivíduo a aprender, levá-lo a tirar suas próprias conclusões, livremente e sem pressões, e a basear seu raciocínio e suas opiniões em fatos observados; a viver plenamente e criativamente sua própria vida, vida que seja intelectualmente honesta e independente...».

então certas conclusões vêm naturalmente:

«Primeiro as bibliotecas, elas próprias, devem ser instituições independentes, livres de qualquer pressão, seja política ou religiosa. Em segundo lugar, o serviço não deve (com a óbvia exceção das grandes bibliotecas nacionais) ser administrado diretamente pelo Estado». (22:24)

É óbvio que estas considerações partem do princípio que a leitura tem o poder de influir sobre o comportamento das pessoas. Um outro escritor, Landheer, também se baseou na crença do poder ou influência de leitura. Em seu livro publicado em 1957, **Social functions of libraries** (24) ele definiu a expressão função social como «... o papel de um dado fenômeno em relação ao grupo social com o qual se relaciona». (24:5). Estudou a neces-

sidade da leitura, que é a razão **sine qua non** do escritor, editor, bibliotecário e leitor, e chegou a identificação de quatro tipos de leituras diferentes: de salvação, de cultura, aquisitiva e compensatória». (24:148) Via a biblioteca como uma instituição cujas funções se relacionam diretamente com seu contexto: «... uma instituição social... não um acontecimento isolado no desenvolvimento social... mas parte de um desenvolvimento global no qual ela representa um estágio específico e uma função específica... A função da biblioteca não é espalhar conhecimento, mas é o desenvolvimento da personalidade humana... Em tudo que tem a ver com livros e leitura, uma observação se destaca de todas as outras: é a singularidade da mente humana que fornece o motivo para escrever e também para ler». (22:217,248) A ênfase é posta no serviço ao indivíduo: «a função da biblioteca não é espalhar o saber, mas o desenvolvimento da personalidade humana». (22:248)

#### 8. UMA INSTITUIÇÃO SOCIAL EM EVOLUÇÃO — NOVAS DEMANDAS E NOVOS PAPEIS

A concepção da biblioteca como uma instituição social, com responsabilidades sociais em relação a grupos e comunidades, lançada por Butler em 1933, parece ter predominado nos Estados Unidos sobre a idéia da biblioteca voltada primeiramente para o indivíduo.

Em suas buscas pela identificação de papéis e funções de bibliotecas, os autores americanos do pós-guerra se voltaram para o estudo do ambiente. Em um artigo chamado «The library and social structure», datado de 1955, Margaret Egan (14) considerou a biblioteca uma instituição social em evolução, influenciada e influenciando a estrutura social que a circunda, refletindo e contribuindo para o desenvolvimento social. Para ela, o desenvolvimento social e o desenvolvimento da biblioteca

estão estreitamente relacionados, e para explicar a idéia, ela compara a estrutura social a um «organismo biológico em processo de evolução»:

«Evolução social, então, é a evolução das instituições sociais e segue as mesmas leis gerais da evolução orgânica, um processo contínuo de adaptação, diferenciação e coordenação seguindo do simples ao complexo». (14:29)

Baseando-se na concepção de Spencer, segundo o qual as instituições são subdivisões da organização total da sociedade, e onde o elemento cultural — tal como religião ou arte — é considerado como instituição e a organização social que serve de base ao elemento cultural — igrejas, galerias de arte — como sua agência, Egan identificou a biblioteca como uma dessas agências, para a organização do conhecimento, a difusão dos produtos culturais e a administração do fluxo do conhecimento registrado. Os bibliotecários seriam então os «dispensadores, ou administradores do tráfego do fluxo de informações». (14:36) Egan ressaltou a íntima relação entre a estrutura organizacional da sociedade e as bibliotecas:

«Bibliotecários, como outros grupos profissionais, devem entender que uma mudança maior na estrutura organizacional da sociedade trará mudanças correspondentes na estrutura organizacional de suas próprias agências, talvez com tipos novos emergindo, novas aplicações, e uma nova distribuição de responsabilidades por serviços e funções específicas. Se a profissão tiver estabelecido suas bases fundamentais numa definição genuinamente «institucional», isto é, relacionando suas funções com uma necessidade humana ou social básica, mudanças na superestrutura não causarão rachaduras nas fundações». (14:32)

As mudanças a que se referia Egan são um processo constante em todas as sociedades. O objetivo inicial, propulsor das bibliotecas públicas, a educação da população em geral, cedeu espaço com o passar do tempo para atividades de cultura e lazer. Entretanto, à medida que a quantidade de leitura recreacional ou «compensatória» aumentava e a função educacional original diminuía ou passava a ocupar espaço sempre menor, aumentavam os protestos, pois muitos, dentro e fora da profissão, não achavam certo financiar o lazer público com dinheiro de impostos. Educação sim, mas lazer não. A idéia de se cobrar por tais serviços tem aparecido na literatura profissional. Um bom exemplo disto é dado pela proposta feita em 1962, por R. Harris (21), um professor de economia política e diretor do Instituto de Assuntos Econômicos (Londres). Seus argumentos foram assim expostos: «O que era antes um instrumento utilitário para a difusão da luz e do saber nos cantos escuros do industrialismo do século XIX está se tornando cada vez mais uma máquina de diversão, nas condições modificadas da segunda metade do século vinte». (21:50) A ausência de uma definição clara e aceita de papéis e funções da biblioteca, ampla e abrangente, capaz de resistir às mudanças superficiais, a que Egan se referia, está, nos parece, na raiz de tal ponto de vista.

Apesar de forte, a visão da biblioteca, como instituição dedicada principalmente à educação, foi aos poucos se alterando para incluir, além da cultura em geral e do lazer, novas funções de caráter comunitário, ligadas à necessidade de informação em atividades diárias. Os escritores americanos são os mais sensíveis a essas mudanças, ou talvez sua sociedade seja mais vulnerável a elas. Novos tipos de serviços foram iniciados, principalmente nos anos 60 e início dos anos 70, serviços esses bem diferentes dos até então esperados de uma biblioteca. Curley (8) lista em 1974, num artigo-revisão sobre

responsabilidade social das bibliotecas americanas, as seguintes atividades ou deveres: serviços aos carentes, recrutamento das minorias, tomada de posição em questões sociais e políticas, cooperação com outras agências, reordenação de prioridades, defesa atuante da liberdade intelectual e de seus praticantes, reestruturação das bibliotecas pouco usadas, rejeição de toda limitação no acesso a bibliotecas.

Na Inglaterra também se podem observar tendências semelhantes. Derek Williams (1977) notou que havia uma consciência crescente entre os bibliotecários da necessidade da mudança. «As razões para isto são bem complexas e não podem ser explicadas em termos puramente bibliotecários... Bibliotecários não estão mais tão certos que as bibliotecas merecem ser mantidas e melhoradas de acordo com as suas próprias definições de melhoramento, como sistemas que se justificam a si próprios».

A necessidade de uma teoria, ou filosofia de biblioteconomia, cuja busca havia sido inicialmente proposta pela escola de Chicago, continua a inspirar diversos autores. Entre eles Joseph Nitecki, que em sua dissertação de mestrado apresentada àquela escola, **Public interest and the theory of librarianship**, mais tarde publicado como um artigo (1964), identificou três «grupos de interesse» exercendo pressão sobre a biblioteca americana: serviços, educação e mediação. A estas pressões, a biblioteca responde fornecendo um determinado livro, um livro num determinado assunto e livros com opiniões diferentes sobre um assunto, ou livros sobre um assunto controverso:

«A biblioteca como uma instituição servindo a toda comunidade não pode ignorar nem se deixar dominar por nenhum destes grupos de pressão. Como a biblioteca responde a estes interesses — resposta que é o **sine qua non** da existência das bibliotecas

— constitui a base para uma teoria de biblioteconomia, enquanto sua aplicação prática implica em participação ativa nas ações da sociedade, não só respondendo a ela, mas também impondo à esta sociedade um novo conjunto de pressões». (27:174)

A biblioteca como geradora de pressões sociais, como queria Nitecki em 1964 estava muito distante da biblioteca pública proposta por Jevons e outros, no final do séc. XIX quando a biblioteca foi proposta como instrumento de preservação da situação vigente. Com a evolução da sociedade, novos papéis se impunham, ou pelo menos era necessária certa mudança na atitude dos bibliotecários. A resistência a mudanças, o apego a rotina e valores estabelecidos, foram assuntos de Wasserman em 1972 em seu «The need for change» (33). Segundo este autor, a era atual é de mudança radical, mas as bibliotecas não conseguem se adaptar com a rapidez necessária:

«A sobrevivência desta ou qualquer outra cultura reside na capacidade dos líderes de suas instituições de formularem e reformularem seus programas e serviços de forma que eles se relacionem verdadeiramente e inequivocamente com a realidade e necessidade da época». (33:5)

Wasserman acusa a biblioteconomia de aceitar atualizações apenas nos seus aspectos práticos, de procedimentos técnicos. «Mas a mudança de técnicas, ou meios, nada representa quando comparada à responsabilidade de identificar objetivos... a questão principal está na necessidade de formular novas metas e estratégias viáveis, como alternativas às clássicas». (33:14)

Algumas metas alternativas têm sido propostas, visando a grupos carentes e a minoria. Este movimento foi registrado por Arthur Curley em seu artigo de revisão

de literatura, «Social responsibility and libraries», publicado em 1974. Os três autores citados a seguir exemplificam o movimento que foi bem difundido no início da década de 70.

Mary Lee Bundy (1972) denunciou a inadequação das bibliotecas públicas americanas para servir a áreas de gueto. Ela acusou a profissão de rigidez e conservadorismo oficial; identificou racismo escondido na estrutura social existente, que impedia o fornecimento adequado de informações ou ajuda aos pobres. Para ela, as bibliotecas seriam hostis aos carentes:

«A realidade é que os carentes quase não utilizam as bibliotecas, e as bibliotecas não fazem quase nada para atraí-los». (6:109)

A razão pela qual as bibliotecas poderiam ser de grande utilidade para o aprimoramento das condições existentes está no fato de que «a mercadoria mais fundamental para mudança da situação urbana é informação». (6:110) Bundy reconheceu que a informação, por si só, não muda a realidade e pode até aumentar o sentimento de impotência, mas informação ligada ao conhecimento de formas positivas de ação poderiam ser fornecidas:

«Ligar indivíduos aos grupos que procuram promover mudanças maiores se torna o serviço de informação mais importante. Ajudar a formar tais grupos onde eles não existem — mesmo que seja apenas pela divulgação aos interessados de que outras pessoas compartilham seus problemas e dizer-lhes como se iniciar no esforço para organizar ação coletiva, são serviços de informação altamente importantes. Prestar apoio informacional a organizações baseadas na comunidade pode fazer uma diferença vital». (6:112)

O ponto principal de Bundy é que «um sistema de informação é neutro, pode ser atrelado para apoiar muitos objetivos». (6:108)

Outra americana, Fay Blake (1968), acreditava que o atual sistema de informação não tem sido usado como deveria. Em seu «Let my people know», ela propôs uma interpretação mais realista das necessidades de informação de sociedade e um rompimento com os métodos tradicionais. Os bibliotecários, na sua opinião, deveriam atuar como provedores eficientes de informação — sem receios de assumir responsabilidades pela exatidão da informação oferecida.

O reconhecimento da necessidade de entender melhor a natureza das mudanças que ocorrem no contexto onde funcionam as bibliotecas tem sido a motivação básica para tentativas modernas de reinterpretação de funções e papéis das bibliotecas. Nessas tentativas, alguns escritores adotaram uma atitude radical, questionando até o significado dos ideais fundamentais que são considerados as bases da sociedade, tais como a democracia e a noção de bem público. Outros questionaram atitudes assumidas pela biblioteca, especialmente em relação a minorias, mostrando que ela corria o perigo de perder sua razão de ser, caso não se esforçasse em se integrar com suas comunidades (11).

## 9. A ABORDAGEM EPISTEMOLÓGICA DE JESSE SHERA

Na busca pelo entendimento da função das bibliotecas, Jesse H. Shera propôs um novo campo de estudo, a «epistemologia social»,<sup>5</sup> que poderia fornecer a base para uma filosofia de biblioteconomia. Para Shera, a

---

5. Termo cunhado por Margaret Egan segundo o próprio Shera.

função fundamental das bibliotecas é a preservação da herança cultural da humanidade. Ao bibliotecário cabe maximizar a utilidade dos materiais que coleta, para o benefício da sociedade. O serviço é dirigido ao indivíduo, mas através do serviço individual a biblioteca atinge a sociedade. A epistemologia social se preocuparia com o fluxo da produção, integração e consumo das idéias comunicadas, tentando explicar como a sociedade absorve conhecimentos. O novo campo de estudo, interdisciplinar por excelência, se basearia em áreas do conhecimento como sociologia, antropologia, lingüística, economia, psicologia e outras afins, mas teria também aplicações práticas, entre as quais a biblioteconomia.

«Biblioteconomia, quer seus profissionais reconheçam ou não, se baseia em fundamentos epistemológicos. O objetivo da biblioteconomia em qualquer nível em que opere é... elevar a utilidade social dos registros gráficos humanos a um ponto máximo, quer seja o leitor uma criança absorvida em seu primeiro livro de gravuras ou um erudito engajado em investigações esotéricas». (32:113)

Na opinião de Shera o papel da biblioteca é determinado por consenso social:

«As instituições sociais, ou agências sociais, são criações de seres humanos ocupados em atividades coletivas, e, assim sendo, qualquer instituição ou agência pode assumir qualquer papel que os homens lhe atribuam. Não há papéis «naturais» ou «lógicos»... o consenso social é então a autoridade máxima para determinar papéis. A sociedade determinou o que a biblioteca do passado foi, e a sociedade é que determinará o que há de ser a biblioteca do futuro. Isso não quer dizer que não possamos

direcionar a ação social para o que nos parecer melhor, mas significa que, seja qual for o papel atribuído à biblioteca, este é, em última instância, determinado pela sociedade». (32:135)

Os principais aspectos considerados por Shera foram a função de conservação e a transmissão do conteúdo intelectual da cultura. Historicamente, a responsabilidade pela conservação da herança cultural sempre esteve presente e as bibliotecas responderam a ela através da preservação dos registros gráficos. Tal função tem sido essencial para a sobrevivência da cultura.

«Em certo sentido... todas as funções da biblioteca convergem para conservação; pois não importa quanto... nós embelezamos esta função com objetivos complementares, conservação é básico e fundamental para a biblioteca». (32:139)

Em segundo lugar, estaria a responsabilidade pela transmissão do conteúdo intelectual da cultura. Shera considerou a função de conservação e a função de transmissão «duas metades da mesma unidade» (32:140). A função da educação foi vista por ele como uma das fundamentais da biblioteca, mas qualificou esta educação pois achava que a biblioteca fora instituída para servir a necessidade individuais. A função educacional não será a mesma da escola, ou da educação de massa. «... Não deveria ser um instrumento para atingir uniformidade de pensamento, pois (a biblioteca) é e deveria continuar a ser o reduto do individualismo»: não dizer aos leitores o que eles deveriam ler, mas antes tornar-lhes possível saber o que outros pensam e pensaram. A biblioteca então se tornaria, na visão de Shera, uma força unificadora mas não homogeneizadora na sociedade. (32:108) Ele jamais aprovou o envolvimento da biblioteca pública

americana do início do século com a educação de massa. Para ele, as bibliotecas públicas não são «a universidade do povo». A promoção da leitura como função da biblioteca é considerada como um desenvolvimento tardio de sua função de agente de comunicação indireta ou secundária (32:193). A biblioteca visa benefício da sociedade através da leitura. Esta afirmação se baseia na suposição que melhores condições econômicas e sociais e o auto-aprimoramento dependem em grande parte do conhecimento. Nossa civilização foi, e provavelmente continuará ainda por algum tempo, centrada no livro (livros no seu mais amplo sentido). Portanto, para atingir seu papel mais amplo na sociedade, a biblioteca deveria não apenas preservar e tornar disponível, mas ativamente estimular o uso de livros.

Considerando que a disseminação da informação é essencial a uma cultura baseada na ciência aplicada, como a nossa, Shera destaca o papel da biblioteca para a sociedade atual (32:163). Este papel pode ser considerado como aquele em que as funções de conservação e educação se fundem. Mas ele acha que a função de informar tem sido negligenciada em favor de uma preocupação excessiva pela conservação. Mesmo hoje, a idéia de uma biblioteca «como fonte de informação de utilidade imediata e prática para o ofício de viver» não é inteiramente aceita por todos os bibliotecários (32).

Conservação dos registros gravados, auto-educação e estímulo à leitura, e a difusão ativa da informação são os papéis principais identificados por Shera para a biblioteca moderna. Baseado numa visão histórica da influência que a sociedade tem tido sobre a biblioteca e o desenvolvimento das próprias bibliotecas, ele formulou proposições básicas, que em sua opinião são «fundamentais para uma afirmação sistemática do papel da moderna biblioteca na sociedade contemporânea» (32:193).

A primeira proposição diz que o livro, pelo qual se entende «qualquer entidade física sobre a qual uma transcrição da experiência humana é gravada», é e precisa permanecer com o conceito central de uma teoria aceitável de biblioteconomia. A biblioteca é uma agência de comunicação secundária ou indireta, e o papel do bibliotecário na sociedade é o de mediador entre o homem e seus registros.

A segunda proposição identifica o processo de seleção, aquisição dos registros gráficos e acesso ao seu conteúdo como o aspecto operacional da biblioteconomia.

A terceira proposição tem a ver com os recursos à disposição da profissão bibliotecária para o cumprimento de seus objetivos. Estes são, primeiro, uma boa coleção adequada à comunidade servida, bem organizada para uso eficiente; e em segundo lugar, um corpo de habilidades necessárias para a seleção, organização e difusão de materiais de forma a satisfazer as necessidades sociais contemporâneas. (32:193)

Shera conclui dizendo que não é proveitoso nem para a sociedade nem para a biblioteca que ela assuma funções que não pode preencher com os recursos e meios disponíveis. «Se a biblioteconomia quer sobreviver como profissão de méritos próprios, deve desistir de tentar assumir responsabilidades de outras profissões — educação, assistência social, liderança de grupos — e voltar-se para seus objetivos reais» (32:194).

## 10. ALGUNS AUTORES INGLESES CONTEMPORANEOS

J. D. Foskett é um autor inglês bem conhecido entre nós. Suas idéias sobre a função da biblioteca e o papel dos bibliotecários foram divulgadas em um trabalho curiosamente intitulado **O credo do bibliotecário — sem política, sem religião, sem moral** (1962) onde expôs seu ponto de vista de uma maneira bastante pessoal. (16)

Foskett defendeu a necessidade de uma definição profissional para biblioteconomia, ou a necessidade de se formular uma filosofia para a profissão:

«Os pragmatistas podem dizer o que quiserem, estes sujeitos práticos que não têm tempo para coisas teóricas, mas filosofia é básica a qualquer tipo de visão sistemática da vida, e em particular à visão profissional» (16:3)

Sua própria visão parece ter sido bastante influenciada por Raymond Smith, que teria sido capaz de sintetizar a função de todo tipo de biblioteca: a implementação, através de livros e outros materiais, da política da entidade a qual a biblioteca pertence:

«Esta é, portanto, uma abordagem bem diferente dos chavões desajeitados sobre o livro certo, o leitor certo e o momento certo; ou da esperança ingênua de que a comunidade tem, naturalmente, o bom senso de estabelecer uma biblioteca para si própria, porque estaria convencida do valor da boa literatura — principalmente as classes mais baixas» (16:6).

Foskett inferiu e enfatizou dois pontos dos pensamentos de Raymond Smith: a biblioteca é parte de um todo social maior, e a leitura se faz geralmente com algum objetivo. A primeira inferência o faz concluir que a biblioteconomia não deve ser considerada apenas como técnica. O motivo primeiro de se estabelecer tecnologia é satisfazer alguma necessidade humana, basicamente a necessidade de informação (19). Biblioteconomia é uma ciência social dedicada à organização do conhecimento e ao avanço da cultura. Foskett acredita, entretanto, que é necessário separar a leitura feita com alguma finalidade, inclusive o lazer, para a qual a biblioteca é adequada, da leitura «que se faz meramente porque o leitor acha

mais fácil deixar seus olhos rolares sobre palavras e figuras do que exercitar sua mente no pensamento» (16:6). Deveria a biblioteca suprir também essa leitura? Para fazer frente à responsabilidade de tais decisões com confiança, o bibliotecário necessita da orientação de uma filosofia bem estabelecida:

«Como bibliotecários somos os guardiões — não os donos mas os guardiões — do conhecimento. Se realmente temos uma contribuição para fazer ao progresso de nossa civilização, então devemos procurar a verdade, porque é isto que permanece e assegura o progresso da civilização. Por outro lado, como se diz tão freqüentemente, quem somos nós para decidirmos o que o povo vai ler, quem são os bibliotecários para se arvorarem em censores?... Se temos que resolver o dilema entre luta pela verdade e o desejo pela liberdade absoluta, deveríamos ter uma filosofia, uma atitude mental, de acordo com a qual uma ação será certa e outra errada... pois embora não tenhamos o direito de censurar, temos o direito conferido pela nossa profissão, o direito de decidir o que será incluído na coleção de nossas bibliotecas e o que não será... Nós garantimos ao regente de uma orquestra sinfônica o direito de não tocar as mais recentes canções populares em seus concertos» (16:6).

Sua filosofia se apóia na idéia da biblioteca como parte de uma entidade maior. Vê a biblioteconomia como um processo semelhante à educação. Para chegarmos a uma filosofia da biblioteconomia, assim como educadores e estudiosos fizeram com a educação, uma definição de objetivos se faz necessária. Para Foskett, estes objetivos devem estar relacionados a — de fato baseados em — necessidades sociais da organização da qual a biblioteca

faz parte (17:45). Os objetivos das bibliotecas são assim trazidos ao nível e colocados nos mesmos termos, daqueles da organização mantenedora. Por sua natureza, é a biblioteca especializada que apresenta objetivos mais claros:

«É nas bibliotecas especializadas que vemos mais claramente o lugar do serviço de informação atuante para o progresso do conhecimento, a biblioteca exercendo seu papel ao lado de outros membros da organização para promover o progresso da organização através de implementação de sua política por meio dos livros». (1962, p. 7).

A mesma clareza de objetivos não é encontrada nas bibliotecas universitárias e públicas, possivelmente porque, diz Foskett, a organização à qual estão ligadas «carece do poderoso incentivo industrial, a necessidade de economizar dinheiro» (16:7).

As cinco leis da biblioteconomia, formuladas por Ranganathan contêm os processos principais das idéias de Raymond Smith, na opinião de Foskett, e são por ele usadas para desenvolver suas próprias idéias. Autores, diz ele, escrevem para comunicar. A sociedade produziu um mecanismo para oferecer acesso a estes trabalhos, que inclui a impressão, publicação, a venda de livros, e a rede bibliotecária. A organização do fluxo da informação do produtor ao usuário é a tarefa do bibliotecário. Isto deixa claro a necessidade de se conhecer um pouco do conteúdo dos documentos e seu lugar no campo geral do conhecimento. Os bibliotecários deveriam conhecer seus leitores muito bem, para poder fornecer o que lhes é necessário. Deveriam também entender como, em geral, a necessidade do conhecimento aparece (16:9). A transmissão do conhecimento é o fim último, e a organização do conhecimento a tarefa importante. Há um tom missionário na visão de Foskett:

«Pois serviços aos leitores, serviço de referência em ação, o completo envolvimento com o problema de outrem, é a própria negação da sociedade predatória para a qual estamos indo, onde todas as velhas verdades se revestiram dum significado mais terrível: onde é cada um por si só e o diabo pegando os mais fracos, onde o troféu vai para os mais fortes e os mais fracos vão para o paredão. A verdadeira biblioteconomia é um desafio aberto a esta filosofia, uma demonstração de que o homem não é inteiramente sanguinário; e por causa disso ela está destinada a ser um fator formativo da mais alta importância na formação da sociedade do futuro» (16:13).

Ronald Bengé

Outro autor britânico, Ronald Bengé, tentou compreender a função e o papel das bibliotecas e da biblioteconomia, através de um outro ângulo. Autor de vários livros e artigos, é o seu **Libraries and cultural change** (1970) que mais interesse tem para esta revisão (2). Sua abordagem é «de dentro para fora», isto é, ele tenta primeiro examinar alguns elementos do contexto cultural onde atua a biblioteca, e então notar implicações para a biblioteconomia, concluindo que a biblioteca está profundamente envolvida com a estrutura cultural de seu ambiente. Considerou o bibliotecário parte do aparato cultural de seu ambiente, e especialmente um elemento no mundo da comunicação (2:8).

«(A) difusão de idéias se acelera ou retarda segundo o meio de comunicação, e este é o processo que interessa aos bibliotecários. O estado nacional moderno requer não somente uma vasta rede de centros

de informação no sentido mais restrito, mas também centros de interpretação. Isto é o que os meios de comunicação têm que fazer: são parte do aparato cultural que inclui a biblioteca» (2:16).

Uma tônica no pensamento de Bengé é a biblioteca como parte do contexto cultural. Mudanças neste contexto são, portanto, determinantes do tipo de responsabilidades atribuídas ao bibliotecário em relação à sociedade. Examinando a sociedade moderna, Bengé conclui que «um mundo mudado requer papéis novos». Para avaliar este papel, ter-se-ia que examinar o ambiente onde funciona a biblioteca, especialmente os aspectos ligados à educação.

Bengé observou que a maior parte dos problemas de comunicação são causados por mudanças sociais e tecnológicas. Os bibliotecários, diz Bengé, estão acostumados a enfrentar problemas de controle de informação causados pela quantidade, pela acumulação acelerada, e pela velocidade de geração de informação. Mas o problema principal é o fracasso da comunicação.

O desafio mais sério da biblioteca e das tentativas da organização bibliográfica é assegurar que informações relevantes alcancem usuários na hora certa. Isto é extremamente difícil de resolver, porque não há garantia de que a comunicação de fato ocorra, mesmo quando a informação é disseminada e recebida. A organização bibliográfica é apenas um passo em direção à solução.

«A transmissão em si própria não tem sentido e a informação tem que ser decifrada e interpretada, e como resultado, tem sido frequentemente mal compreendida». (2:48)

Benge acha que a interpretação, como tarefa da biblioteca, somente é possível em circunstâncias especiais, envolvendo um pequeno número de pessoas. Para ele, as bibliotecas não são agências de comunicação de massas, pois seu papel é mais intermediário e passivo» (2:53). Revendo as várias teorias sobre o efeito da comunicação de massa sobre as «massas», ele conclui dizendo que «pelo menos em tempos relativamente normais «as massas» não existem e as unidades decisivas continuam a ser o indivíduo, o grupo e a sociedade em geral» (2:68). Ele sugeriu para a biblioteca um papel semelhante ao de «líder de opinião», aquelas pessoas bem informadas que passam a outros de seu grupo informações fornecidas pelos meios de comunicação. Para ele, o fator chave é a relação pessoal. (2:256)

Benge notou também que a comunicação é afetada de maneira profunda por desenvolvimentos sociais e tecnológicos. Uma das conseqüências mais radicais do uso crescente de máquinas é uma mudança na natureza do trabalho. Isto já está afetando a disponibilidade de tempo para lazer, o que, por sua vez, forçará uma reorganização no tipo de educação a ser fornecido. A «religião» do trabalho talvez deva ser abandonada e, pergunta Benge, o que tomará o seu lugar? Qualquer que seja a resposta, envolverá o problema do uso do lazer. Discussões sobre o uso do lazer e educação envolverão leitura, no sentido em que alguns tipos de leitura são considerados mais valiosos que outros. Esta questão de valores é vista por ele como sendo muito vaga e difícil de se discutir. Ele se declara contra a censura pelo estado ou pelo bibliotecário — mesmo admitindo que a comunidade tem o direito de escolher o que será ou não será posto na biblioteca — e acredita na influência da leitura sobre as pessoas.

«A esta altura deveríamos descartar um outro argumento que tem sido freqüentemente enfatizado, qual seja, que a literatura influencia muito pouco as pessoas. Esta visão não pode ser sustentada por bibliotecário nenhum». (2:91)

A leitura, segundo Bengé, afeta pessoas diferentes de formas diferentes, mas a habilidade de leitura é essencial para todos no mundo atual:

«Meu ponto de vista é que, embora em algumas culturas do passado não importava muito se o povo era alfabetizado ou não, analfabetismo hoje é totalmente desastroso em termos tanto de bem-estar social quanto individual». (2:104)

As dificuldades em reduzir o analfabetismo mundial estão ligadas não apenas aos problemas do ensinar a ler, mas a questões mais complexas de desenvolvimento global, agravadas pela taxa de crescimento nos lugares onde o problema é pior. Bengé acredita que a solução, e mesmo a obtenção de possíveis benefícios da capacidade de ler, dependem muito da responsabilidade de material de leitura adequado para os recém-alfabetizados, um problema que envolve a produção, em qualidade e quantidade, e distribuição deste material. A produção é problema ligado ao comércio de livros e é difícil de resolver. Mas na distribuição, Bengé vê mais uma tarefa para as bibliotecas, especialmente em países em desenvolvimento, onde são da responsabilidade do Estado.

As condições do comércio livreiro são vistas por Bengé com um elemento importante no ambiente da biblioteca, tanto em países desenvolvidos como nos em desenvolvimento. Alguns fatores sócio-econômicos, como condições de emprego, habitação, oportunidades de lazer, sistema educacional e outros, são influentes na determinação do papel da biblioteca. Acredita que o contexto

social condiciona a existência da biblioteca; culturas diferentes requerem tipos diferentes de agências culturais, ou pelo menos métodos diferentes. É importante que o modelo adotado seja adequado às características particulares da região, e não consista meramente de adaptações cruas ou transplantes de modelos estrangeiros. Não há dúvida que a experiência de Bengé na África o influenciou bastante na sua maneira de considerar a biblioteca.

A função educacional de todos os tipos de bibliotecas é enfatizada por Bengé. Ao contrário de Shera, ele acredita que o movimento bibliotecário, pelo menos nos países em desenvolvimento, deveria estar intimamente relacionado ao movimento educacional, incluindo educação de massas e campanhas de alfabetização. Outras atividades e serviços que ele considerou apropriados para bibliotecas incluem, exposições, palestras, concertos.

Sua visão pessoal da necessidade de uma filosofia de biblioteconomia — e ele explica o termo filosofia como a busca da verdade, ou o estabelecimento de princípios ou diretrizes para ação, ou a criação de teorias que expliquem a realidade — é de que tal filosofia «é necessária e inevitável mesmo que o termo não seja usado» (2:224). Sua proposta de filosofia consiste na integração de elementos já expressos por outros (Ranganathan, Foskett, Shera e outros), mas estes elementos seriam vistos em relação aos problemas da comunicação atual:

«O que se requer é a nova integração, incorporando vários elementos... — uma combinação dos princípios tradicionais de custódia, a abordagem missionária e a base lógica do serviço individual de referência. Tudo isto necessitaria ser visto contra o pano de fundo dos problemas de comunicação moderna». (2:284)

A importância do ambiente social e cultural no qual opera a biblioteca forma a base de todo pensamento de Bengé. Outro ponto importante é sua crença de que a atitude profissional do bibliotecário inevitavelmente se apóia na sua interpretação pessoal da natureza da cultura. Nela, as bibliotecas de hoje deveriam ser inteiramente ajustadas à sua época, e não podem ser apenas as guardiãs da «alta cultura», em contraste com a «baixa cultura», ou cultura popular. Mas, ao mesmo tempo, Bengé recomenda aos bibliotecários que assumam responsabilidades culturais. Não que o bibliotecário deva tornar-se um erudito no sentido tradicional, mas que assuma algumas «responsabilidades culturais» (2:255). As diferenças entre as ciências e as artes, que provocaram discussões no início dos anos 60, como o livro de C.P. Snow **The two cultures**, sugeriram a ele um papel importante para o bibliotecário, o de agente de integração do conhecimento.

## 11. RESUMO DAS IDÉIAS PRINCIPAIS

Nesta revisão sobressaem certas idéias que ocorrem em diversos pontos ao longo do período examinado, ou que marcaram de forma especial determinadas fases. Estas idéias são listadas a seguir, com breves comentários:

1. A conservação e a organização formam a base comum. Mesmo quando não são especificamente mencionadas, estas duas funções foram levadas em conta, oferecendo suporte para o desenvolvimento das demais idéias. Porque preservar e organizar é realmente a pergunta a que todos os escritores tentaram responder.

2. Difusão de informação e do conhecimento é, naturalmente, a resposta ampla, presente em todos os momentos da história da biblioteca. Foi com o propósito de responder **como divulgar o que, para quem e com que finalidade**, que os textos revistos foram escritos.

3. A maior parte dos textos se referiu à biblioteca pública. A disseminação da informação especializada não foi muito discutida, houve consenso entre os autores que a ela se referiram, em considerá-la tarefa própria das bibliotecas (Ortega y Gasset, Egan, Foskett, Benge e Shera). Todos estes autores confirmaram o papel do bibliotecário como «mediador» ou «administrador do tráfico» do fluxo de informação, responsável pelo acesso eficiente. Neste acesso, o serviço pessoal a usuários foi enfatizado por muitos autores.

4. Produzir algum «bem social» através da difusão do conhecimento tem sido uma idéia constante desde a emergência da biblioteca pública. A forma de se alcançar esta meta evolui do provimento da educação, do acesso à cultura e da oferta de formas de lazer. Mais tarde, o fornecimento de informações úteis para solucionar problemas específicos de vida diária de populações carentes foi proposto, mas vem se firmando lentamente. À biblioteca têm sido atribuídas responsabilidades várias, como a de controlar ou «filtrar» o material de leitura oferecido, de formar e manter um gosto e moral de nível elevado; de contribuir para a manutenção de valores sociais estabelecidos, e para preservação da democracia; de ajudar na elevação da qualidade de vida. O papel de gerador de pressões sociais também lhe foi atribuído, embora nem sempre aceito, a partir dos anos 60.

5. A preservação da identidade pessoal de cada um foi uma idéia que ganhou força durante alguns anos, em reação ao uso de biblioteca como instrumento para se alcançar metas sociais gerais. Quase todos seus defensores a completam, sugerindo que através do serviço individual se alcançaria o bem da sociedade como um todo, ou através do serviço prestado ao grupo se alcançaria o bem de cada indivíduo.

6. A biblioteca, como uma instituição social influenciada pelo ambiente e o influenciando também, foi uma idéia implícita em todos os textos lidos, mas especialmente notada no trabalho do grupo pioneiro da Universidade de Chicago. Inicialmente, procurou-se chegar a uma definição de conceitos e teorias, e mais tarde, procurou-se reconhecer funções e demandas.

7. «Mudança» parece ser a expressão profissional mais em voga nos anos 60 e 70. A extensão em que bibliotecas deveriam aceitar mudanças, a natureza dessas mudanças, e os papéis delas decorrentes, são os pontos mais discutidos por autores mais recentes. A necessidade de «encontrar alternativas viáveis» tem diversificado o leque de metas visadas, e nem todas as propostas foram aceitas integralmente.

## 12. COMENTÁRIOS FINAIS

Esta revisão, que inclui textos de alguns autores preocupados com a função mais adequada para bibliotecas, e que tentaram, através de diversas formas, chegar a uma definição do campo de ação próprio para elas, expôs um ponto básico: a instituição biblioteca não é uma entidade independente, capaz de declarar quais e como serão oferecidos seus serviços, ou quais serão os seus objetivos. Depende inteiramente de uma série de circunstâncias e está sujeita a pressões existentes no ambiente onde atua, muitas das quais conflitantes. Mesmo a visão daqueles que enfatizaram o indivíduo como mais importante de que o grupo foi provocada por circunstâncias e pressões do ambiente. O fato de que a biblioteca seja condicionada pelo contexto, no entanto, não significa que deva assumir uma atitude passiva, respondendo mas não propondo. Ao contrário, pode e deve ser inovadora em suas ações. Mas seja qual for o papel escolhido e seja qual for a maneira de desempenhá-lo,

este papel deve se encaixar nos limites impostos pelo seu contexto social, cultural, moral, econômico, político, tecnológico. As funções básicas de seus serviços têm permanecido e permanecerão as mesmas, isto é, a preservação, organização e difusão do conhecimento ou informação. O que tem mudado e continuará a mudar são as formas de desempenho, e o uso que é feito de suas atividades.

Esta revisão sugere que, já que as bibliotecas não podem decidir por si mesmas quais papéis vão desempenhar num dado momento histórico, mas são condicionadas pelo contexto, e já que este contexto não é estático mas está sempre em evolução, a educação profissional de bibliotecários não pode ignorar o contexto, e deveria enfatizar como uma das metas mais altas a ser atingida a capacidade de entendimento e sensibilidade dos fatores mais atuantes neste contexto. Ao mesmo tempo, entretanto, já que as funções básicas não mudam, é essencial um entendimento completo destas funções. Assim, é de suma importância que a formação profissional se assente no conhecimento de conceitos e princípios teóricos.

**Review of the writings of some authors who have been concerned about the proper function of libraries and have tried by various means to arrive at the definition of the field of action for librarianship. Most of the authors are British or American, and have referred to public libraries. The review exposes one basic point: the institution library is not an independent entity, able to declare which and how its services are to be offered, or with which purposes. It is entirely dependent upon a series of factors present in its environment. The basic functions of its services have and probably will remain the same — preservation, organization and dissemination of Knowledge. What has changed and will continue to change is the manner of performance and objectives of these functions.**

## BIBLIOGRAFIA

1. BENGE, R.C., **Bibliography and the provision of books**. London, Association of Assistant Librarians, 1963. 240 p.
2. BENGE, R.C., **Libraries and cultural e change**. London, Clive Bingley, 1970. 278 p.
3. BLAKE, Fay M., Let my people know — access to information in a post-industrial society. **Wilson Library Bulletin** : 392-99, Jan. 1968.
4. BOSTWICK, Arthur E., The love of books as a basis for librarianship. In: McCRIMMON, Barbara, ed. **American Library philosophy, an anthology**, Hamden, Conn., Shoe String, 1973, p. 20-30. Originally published: **Library Journal** 32:51-5, Feb. 1907.
5. BROADFIELD, A., **A philosophy of librarianship**. London, Grafton, 1949. 120 p.
6. BUNDY, Mary Lee., Urban information and public libraries. **Library Journal**, 97(2). 15 Jan. 1972.
7. BUTLER, Pierce, **An introduction to library science**. 2 ed. Illinois, The University of Chicago Press, c. 1933. 1963.
8. CURLEY, Arthur, Social responsibility and libraries. In: VOIGT, Melvin J., ed. **Advances in Librarianship**. v. 4. New York, Academic Press, 1974. p. 77-101.
9. DANA, John Cotton, Many sided interest: how the library promotes it. In: McCRIMMON, Barbara, ed. **American library philosophy — an anthology**. Hamden, Conn., Shoe String, 1975. p. 10-20. Originally published: **School Journal**, Dec. 22, 1906.
10. DANTON, J. Periam, Plea for a philosophy of librarianship: philosophia ver omnia mater artium. **Library Quarterly** p. 527-51. Oct. 1934.
11. DAWES, Len, Libraries, culture and blacks. **Assistant Librarian**, 66(7), July 1973.
12. DEWEY, Melvin, The profession. In: ELLSWORTH, Dianne J. & STEVES, Norman D., eds. **Landmarks of library literature, 1876-1976**. Metuchen, N. J., Scarecrow Press, 1976. p. 21-3. Originally published: **Library Journal** 1 (1) Sept. 30, 1876.

13. DEWEY, Melvin, The relation of the State to the public library. In: McCRIMMON, Barbara, ed. **American Library philosophy — an anthology**. Hamden, Conn., Shoe String, 1975. p. 1-9. Originally published: Transactions and proceedings of the 2nd International Library Conference, 1898.
14. EGAN, Margaret, The library and social structure. In: GERARD, David E, ed. **Libraries in society**. London, Clive Bingley, 1978. p. 27-38. Originally published: **Library Quarterly** 25(1), Jan. 1955.
15. FOSKETT, D.J., **Information service in libraries**. London, Crosby Lockwood, 1958. 153 p.
16. FOSKETT, D.J., **The creed of a librarian: no politics, no religion, no morals**. London, The Library Association, 1962. 13 p. (Reference, Special and Information Section. North Western Group. Occasional papers, 3).
17. FOSKETT, D.J., **Science, humanism and libraries**. London, Crosby Lockwood, 1964. Chaps: 2 — Special Libraries, p. 35. 3 — Readers needs in industrial libraries, p. 45, 4 — Documentation in the humanities, p. 57. 5 — Documentation in the social sciences, p. 68. 6 — Educational libraries and information services, p. 78.
18. FOSKETT, D.J., Introduction. In: SHERA, Jesse H., **Libraries and the organization of knowledge**. London, Crosby Lockwood, 1965. p. ix-xix.
19. FOSKETT, D.J., Public knowledge and the social dimension of librarianship. **Journal of Librarianship** 1(1): 68-78. Jan. 1969. (Review of ZIMAN, J.M. **Public knowledge: an essay on the social dimension of science**. CUP, 1968).
20. FOSS, Sam Walter, Some cardinal principles of a librarian's work. In: McCRIMMON, Barbara, ed. **American library philosophy: an anthology**. Hamden, Conn., Shoe String, 1975. p. 31-8. Originally published: Public Libraries, March 1909.
21. HARRIS, Ralph. Some issues in political economy. In: GERARD, David, ed. **Libraries in society: a reader**. London, Clive Bingley, 1978. p. 49-51. Originally published: **Libraries: free-for-all?** Institute of Economic Affairs 1962. (Hobart Paper 19).

22. IRWIN, Raymond, The library service in the welfare state. In: GERARD, David, ed. **Libraries in society: a reader**. London, Clive Bingley, 1978. p. 21-6. Originally published: **Library World** 53(8). Aug/Sept. 1950.
23. JEVONS, Stanley, The rationale of free public libraries. In: GERARD, David, ed. **Libraries in society: a reader**. London, Clive Bingley, 1978. p. 16-20. Originally published: **Contemporary Review** 16(3). March, 1881.
24. LANDHEER, B., **Social functions of libraries**. New York, Scarecrow Press, 1957. 287 p.
25. MARCO, Guy A., Old wine in new bottles. In: McCRIMMON, Barbara, ed. **American library philosophy: an anthology**. Hamden, Conn., Shoe String, 1975. p. 191-201. Originally published: **Ohio Library Bulletin**, 36: 8-14. Oct. 1966.
26. MARTIN, Lowell, The American public library as a social institution. In: McCRIMMON, Barbara, ed. **American library philosophy: an anthology**. Hamden, Conn., Shoe String, 1975. p. 63-87. Originally published: **Library Quarterly** 7: 546-63. Oct. 1937.
27. NITECKI, Joseph, Public interest and the theory of librarianship. In: McCRIMMON, Barbara, ed. **American library philosophy: an anthology**. Hamden, Conn., Shoe String, 1975. p. 172-90. Originally published: **College and Research Librarian** 25: 269-78. July 1964.
28. ORTEGA Y GASSET, Jose de., Mision del bibliotecario In: **Obras completas de Jose de Ortega y Gasset**. Tomo V, 1933 1941. Madrid, Revista do Occidente 1947. p. 207-32.
29. PUTNAM, Herbert, 'Per Contra'. In: McCRIMMON, Barbara, ed. **American library philosophy: an anthology**. Hamden, Conn., Shoe String, 1975. p. 39-50. Originally published **Library Journal** 40 471-6. July 1915.
30. RANGANATHAN, S.R., **The five laws of library science**. Madras, ASIA Publishing House, 1963.
31. RICHADSON, Ernest Cushing, The book and the person who knows the book. In: McCRIMMON, Barbara, ed. **American library philosophy: an anthology**. Hamden, Conn., Shoe String, 1975. p. 51-62. Originally published: **ALA Bulletin**. Oct. 1927. p. 289-95.

32. SHERA, Jesse H. **Foundations of Education for Librarianship.** New York, Becker & Hayes, 1972. 511 p.
33. WASSERMAN, Paul, **The new librarianship: a challenge for a change.** New York, Bowker, 1972. Chap. 1 — Need for change. p. 3-24.
34. WILLIAMS, Derek, Aspects of a changing society. **Assistant Librarian**, 42 March 1977.